

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0150-08
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.016	2.015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.016	2.015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	4	4.281.670	2.497.086	Fornecedores	9	1.304.949	1.196.801
Contas a receber	5	8.842.427	8.946.788	Honorários médicos	10	210.377	167.690
Estoques	6	594.501	630.957	Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.334.224	1.148.166
Adiantamento a fornecedores		51.185	100.504	Obrigações fiscais		119.794	131.274
Partes relacionadas	7	5.299.289	3.819.808	Receita diferida	12	13.689.404	11.689.404
Outros ativos circulante		235.851	209.151			17.658.748	14.333.335
		19.304.923	16.204.294	Não Circulante			
Não Circulante				Provisão para descontinuidade	13	800.100	593.155
Imobilizado	8	1.808.055	1.044.305			800.100	593.155
Intangível	8	529.725	622.948	Patrimônio Líquido			
		2.337.780	1.667.253	Patrimônio social		2.945.057	1.926.539
Total do Ativo		21.642.703	17.871.547	Superávit do exercício		238.798	1.018.518
		2.337.780	1.667.253			3.183.855	2.945.057
		21.642.703	17.871.547	Total do Passivo		21.642.703	17.871.547
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais							
		Patrimônio social		Superávit do exercício		Total	
Superávit do período						1.926.539	1.926.539
Em 1º de Janeiro de 2015						1.926.539	1.926.539
Transferência			1.926.539			(1.926.539)	-
Superávit do exercício						1.018.518	1.018.518
Em 31 de Dezembro de 2015			1.926.539			1.018.518	2.945.057
Transferência			1.018.518			(1.018.518)	-
Superávit do exercício						238.798	238.798
Em 31 de Dezembro de 2016			2.945.057			238.798	3.183.855
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015 - Cifras apresentadas em reais.							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 14 de fevereiro de 2.014, celebrou com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará o Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Público Estadual Galileu, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 05 (cinco) anos. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 17 de Fevereiro de 2017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituídas, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, reductora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. h) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. • Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.							
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Superávit do exercício		238.798	1.018.518			238.798	1.018.518
Ajustado por:							
Depreciação e amortização		338.785	302.824			338.785	302.824
Superávit do exercício conciliado		577.583	1.321.342			577.583	1.321.342
Variações nos ativos e passivos							
Contas de receber de clientes		104.361	(933.169)			104.361	(933.169)
Estoques		36.456	25.209			36.456	25.209
Adiantamento a fornecedores		49.319	(69.680)			49.319	(69.680)
Demais contas do ativo circulante		(26.700)	(88.969)			(26.700)	(88.969)
Fornecedores		108.148	(134.553)			108.148	(134.553)
Honorários médicos		42.687	(328.524)			42.687	(328.524)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.186.058	(108.360)			1.186.058	(108.360)
Obrigações fiscais		(11.480)	21.419			(11.480)	21.419
Receitas diferidas		2.000.000	1.500.000			2.000.000	1.500.000
Provisão para descontinuidade		206.945	232.724			206.945	232.724
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.273.377	1.437.439			4.273.377	1.437.439
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.009.312)	(335.146)			(1.009.312)	(335.146)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.009.312)	(335.146)			(1.009.312)	(335.146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Empréstimos cedidos - partes relacionadas		(1.479.481)	(829.023)			(1.479.481)	(829.023)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.479.481)	(829.023)			(1.479.481)	(829.023)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.784.584	273.270			1.784.584	273.270
Demonstração aumento do caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício		2.497.086	2.223.816			2.497.086	2.223.816
No fim do exercício		4.281.670	2.497.086			4.281.670	2.497.086
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.784.584	273.270			1.784.584	273.270
4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição							
Caixa		3.000	3.000			3.000	3.000
Banco conta movimento (a)		4.278.670	52.843			4.278.670	52.843
Aplicações financeiras de curto prazo (b)		-	2.441.243			-	2.441.243
		4.281.670	2.497.086			4.281.670	2.497.086
(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará. (b) Em 31 de dezembro de 2015, correspondiam aos valores aplicados em fundos de investimentos de curto prazo, no Banco Banpará, e valorizados pelo valor da cota correspondente.							
5. Contas a Receber: Descrição							
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará (b)		8.842.427	8.946.788			8.842.427	8.946.788
		8.842.427	8.946.788			8.842.427	8.946.788
(a) Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará: Correspondem aos valores a receber junto a Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras o montante foi totalmente recebido.							
6. Estoques: Descrição							
Medicamentos		206.776	282.470			206.776	282.470
Materiais hospitalares de consumo e reposição		147.144	174.575			147.144	174.575
Materiais de Higiene e limpeza		44.365	23.344			44.365	23.344
Materiais de Expediente e Impressos		29.985	20.823			29.985	20.823
Gêneros Alimentícios		37.945	34.542			37.945	34.542
Outros		128.286	95.203			128.286	95.203
		594.501	630.957			594.501	630.957
7. Partes Relacionadas							
Descrição							
Empréstimos entre unidades (a)		5.521.928	4.032.617			5.521.928	4.032.617
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)		(222.639)	(212.809)			(222.639)	(212.809)
		5.299.289	3.819.808			5.299.289	3.819.808
(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a							

continua

▶continuação

outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - Custos corporativos compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa

8. Imobilizado e Intangível

a) Composição: Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos telefônicos	22.790	(3.706)	19.084
Equipamentos de informática	340.694	(157.041)	183.653
Máquinas e equipamentos Hospitalares	268.546	(22.752)	245.794
Móveis e utensílios de escritório	366.289	(47.019)	319.270
Móveis e utensílios hospitalares	601.876	(138.949)	462.927
Imobilização em andamento *	577.327	-	577.327
Total imobilizado	2.177.522	(369.467)	1.808.055
Direito de uso de software	862.056	(332.331)	529.725
Total intangível	862.056	(332.331)	529.725

* Corresponde a obras de reforma e infraestrutura na unidade hospitalar, com término previsto para o primeiro semestre de 2017.

b) Movimentação: Itens

Saldo em 31/12/15	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/16
Equipamentos telefônicos	12.409	10.381	22.790
Equipamentos de informática	313.337	27.357	340.694
Máquinas e Equipamentos	68.905	199.641	268.546
Móveis e utensílios de escritório	305.336	60.953	366.289
Móveis e utensílios hospitalares	535.561	66.315	601.876
Imobilização em andamento	-	577.327	577.327
(-) Depreciação	(191.243)	-	(191.243)
Total imobilizado	1.044.305	941.974	1.808.055
Direito de uso de software	793.885	68.171	862.056
(-) Amortização	(170.937)	-	(170.937)
Total intangível	622.948	68.171	529.725
Total geral	1.010.145	(339.619)	670.526

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas no exercício foram:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos telefônicos	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. Fornecedores: Descrição

2.016	2.015	
Materiais e medicamentos	443.040	336.085
Serviços de terceiros pessoa jurídica	859.078	859.672
Imobilizado	2.830	1.044
Total	1.304.949	1.196.801

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.016	2.015
Honorários médicos pessoa jurídica	210.377	167.690
Total	210.377	167.690

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	630.732	51.482
Provisão dissídio coletivo (a)	327.628	-
FGTS	99.753	-
INSS	66.680	69.979
Provisão de férias e encargos	1.166.518	985.354
Outras	42.913	41.351
Total	2.334.224	1.148.166

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em Setembro de 2016 o SINTHOSP, sindicato dos profissionais de enfermagem, técnicos, etc. do Estado do Pará, deveria divulgar o índice de reajuste salarial. Entretanto, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras as partes envolvidas ainda não tinham chegado num acordo Para fazer face e essa despesa, a provisão para dissídio coletivo foi constituída pela administração, considerando o percentual de reajuste de 9,5%, a partir de setembro de 2016. 12. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.

13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a provisão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Subvenção para custeio	12.500.000	10.500.000
Subvenção para investimento	1.189.404	1.189.404
Total	13.689.404	11.689.404

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsa-

bilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de

2.016	2.015	
Saldo inicial	593.155	360.431
Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)	206.945	349.268
Baixas por rescisões de contratos	-	(116.544)
Saldo final	800.100	593.155

14. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. 15. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2016 montam a R\$ 32.653.413 (Em 2015 - R\$ 32.168.380).

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	(7.939.657)	(7.229.253)
Horas extras	(468.562)	(186.662)
Décimo terceiro salário	(841.901)	(799.221)
Vale transporte	(343.781)	(311.083)
Insalubridade	(574.357)	(435.353)
Férias	(1.167.835)	(1.128.174)
FGTS	(972.926)	(923.157)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(206.945)	(232.724)
Contribuição Patronal ao INSS	(3.071.351)	(2.699.389)
Isonção da Contribuição Patronal ao INSS	3.071.351	2.699.389
PIS	(113.030)	(101.790)
Outras	(824.884)	(742.412)
Total	(13.453.868)	(12.089.829)

16. Despesas com Pessoal: Descrição

Descrição	2.016	2.015
Serviços médicos de terceiros	(7.390.811)	(7.110.895)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(2.758.010)	(2.670.533)
Serviços de terceiros pessoa física	-	(8.708)
Total	(10.148.821)	(9.790.136)

17. Serviços de Terceiros: Descrição

Descrição	2.016	2.015
Medicamentos	(1.367.611)	(1.613.187)
Dietas enteral e parenteral	(192.408)	(196.394)
Ortese e prótese	(630.198)	(565.078)
Materiais de uso do paciente	(1.450.979)	(1.206.027)
Gases medicinais	(60.012)	(72.889)
Gêneros alimentícios	(706.054)	(691.722)
Materiais de limpeza e lavanderia	(385.530)	(366.439)
Impressos e materiais de Expediente	(254.479)	(241.094)
Filmes Radiológicos	(34.358)	(22.771)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(27.741)	(138.713)
Total	(5.053.888)	(5.114.314)

18. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

19. Drogas Materiais e Medicamentos

Descrição	2.016	2.015
Contribuição para o financiamento da seguridade social	981.137	969.416
Contribuição social sobre o superávit	21.492	91.667
Contribuição patronal ao INSS	3.071.351	2.699.389
Total	4.073.980	3.760.472

20. Despesas Gerais e Administrativas

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2016 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. 23. Imunidade e Isonção Tributária: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. CO-FINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

20. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	2.016	2.015
Energia elétrica, gás e telefone	(660.650)	(643.094)
Depreciação e amortização	(339.619)	(302.810)
Manutenções	(91.264)	(93.308)
Locações de equipamentos e veículos	(74.804)	(88.385)
Prêmios de seguros	(125.456)	(121.787)
Condução e taxis	(71.099)	(55.593)
Viagens, ajuda de custo e reembolso de despesa	(237.048)	(285.982)
Outras	(122.303)	(134.941)
Total	(1.722.243)	(1.725.901)

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.016	2.015
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.286.662	2.497.086
Receíveis		
Contas a receber	8.842.426	8.946.788
Partes relacionadas	5.299.446	3.819.808
Total	18.428.534	15.263.682
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.304.919	1.196.801
Honorários médicos	210.407	167.690
Total	1.515.326	1.364.491

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade de possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2016 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. 23. Imunidade e Isonção Tributária: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. CO-FINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.016	2.015
Contribuição para o financiamento da seguridade social	981.137	969.416
Contribuição social sobre o superávit	21.492	91.667
Contribuição patronal ao INSS	3.071.351	2.699.389
Total	4.073.980	3.760.472

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Descrição	2.016	2.015
Contribuição para o financiamento da seguridade social	981.137	969.416
Contribuição social sobre o superávit	21.492	91.667
Contribuição patronal ao INSS	3.071.351	2.699.389
Total	4.073.980	3.760.472

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Descrição	2.016	2.015
Contribuição para o financiamento da seguridade social	981.137	969.416
Contribuição social sobre o superávit	21.492	91.667
Contribuição patronal ao INSS	3.071.351	2.699.389
Total	4.073.980	3.760.472

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsa-

bilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de

▶continua

▶continuação

junto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevan-

tes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belém, 17 de Fevereiro de 2017.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 162299

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 1ª REGIÃO/PA

EDITAL DE CANCELAMENTO "EX-OFFÍCIO"

CRESS 1ª REGIÃO, instituído pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, com a finalidade precípua de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de ASSISTENTE SOCIAL, conforme decisão da Reunião do Conselho Pleno, realizada em 05 de agosto de 2016, vem PUBLICAR o seguinte EDITAL DE CANCELAMENTO "EX-OFFÍCIO", através de sua Presidente, Sra. Janilma Barros da Silva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, para FAZER SABER, a(o)s Assistentes Sociais abaixo relacionados a efetivação do cancelamento ex-offício homologado em 05 de agosto de 2016, conforme Art. 28, parágrafo 6º, da Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS instituída pela Resolução CFESS nº 582/2010 e alterada pela Resolução CFESS nº 588/2010, pois uma vez notificados não apresentaram oposição: VIVIANE ANTUNES LOPES ALVES - CRESS 6019; MARIA DILMA AGUIAR MACIEL - CRESS 6173; RITA DE CASSIA RODRIGUES DE SOUZA - CRESS 6522; REJANE PATRÍCIO DE SOUZA - CRESS 6245; LEILA HELENA SEGTOVICH MACIEL DE OLIVEIRA - CRESS 6521; LEILA FERREIRA DE SOUSA - CRESS 6532; MARIA PAULA NASCIMENTO OLIVEIRA - CRESS 6541; ELIANA CRISTINA ALMEIDA DE ANDRADE - CRESS 6546; SÔNIA MARIA SAMPAIO FEITOSA - CRESS 6572; MARIA MARCIDEETH COSTA DO ROSÁRIO - CRESS 6585. Belém-PA, 28 de março de 2017. JANILMA BARROS DA SILVA - CONSELHEIRA PRESIDENTE CRESS 1ª REGIÃO/PA.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

CRESS 1ª REGIÃO, instituído pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, com a finalidade precípua de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de ASSISTENTE SOCIAL, conforme decisão da Reunião do Conselho Pleno, realizada em 05 de agosto de 2016, vem por meio deste, em face da ineficácia da notificação por correspondência com A.R., NOTIFICAR o(as) Senhor(as) JOSÉ HAROLD SOUZA DA SILVA - CRESS 6325; VALDENICE DA SILVA LUZ - CRESS; MARIA DAS DORES DE CASTRO NUNES - CRESS 6364, da homologação de cassação ex-offício de seus registros profissionais junto ao CRESS 1ª Região, conforme Art. 28, parágrafo 6º, da Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS - C.R. CFESS/CRESS, instituída pela Resolução CFESS nº 582/2010, alterada pela Resolução CFESS nº 588/2010 e posteriores. Em cumprimento ao Parágrafo Sétimo, inciso XII, do art. 28, da C.R. CFESS/CRESS, passados 30 (trinta) dias deste sem apresentação de recurso ao CFESS pelo (as) interessado(as), a decisão será publicada no Diário Oficial do Estado. Belém-PA, 28 de março de 2017. JANILMA BARROS DA SILVA - CONSELHEIRA PRESIDENTE CRESS 1ª REGIÃO/PA.

Protocolo: 162288

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DE ANANINDEUA, MARITUBA, BENEVIDES E SANTA BÁRBARA - SINCOVAM Pelo presente Edital, o Presidente do SINCOVAM, nos termos do art. 16 do Estatuto da entidade, convoca, observado o disposto no art. 95 do mesmo Estatuto, as empresas associadas ao Sindicato, nos termos do art. 6 e seguintes do Estatuto do SINCOVAM, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 de abril de 2017, às 12 horas, em 1ª convocação, e às 12h30 horas do mesmo dia, em 2ª convocação, a ser realizada na sede do SINCOVAM, situada na Rua José Marcelino de Oliveira, nº 399, Centro, 67030-170, Ananindeua-PA, para deliberação acerca da seguinte pauta: 1) Reforma do Estatuto do SINCONVAM com relação ao endereço da sede do sindicato; 2) Reforma do Estatuto do SINCOVAM com relação às disposições que tratam do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal e da data e período de realização da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal; e 2) Prorrogação do Mandato da Diretoria e do

Conselho Fiscal do SINCOVAM em razão da reforma estatutária e para nivelamento de mandato com o sistema SICOMÉRCIO. Ananindeua-PA, 31 de março de 2017.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DE ANANINDEUA, MARITUBA, BENEVIDES E SANTA BÁRBARA - SINCOVAM

Francildo Maués Nobre

Presidente

Protocolo: 162292

TRANSPORTES AIAPUÁ LTDA, torna público que requereu junto a SEMAS/PA, Licença de Operação - LO sob protocolo nº 7524/2017, para atividade de Transporte de Substâncias e Produtos Perigosos em Belém/PA.

Protocolo: 162275

TRAMONTINA NORTE S.A.

CNPJ nº 14.098.057/0001-80 - NIRE 15300018382

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente no dia 20 de abril de 2017, às 10:00 (dez) horas, na sede social da companhia, na Av. Principal, 700, Setor C, Quadra 2, Distrito Industrial de Icoaraci, em Belém, PA., para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: I) Em Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; 2) Destinação do Resultado do exercício; 3) Fixar os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e II) Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Inclusão do CEP no endereço social, com alteração do art. 2º do Estatuto Social. Belém, PA, em 27 de março de 2017. Clovis Tramontina Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo: 162279

JR SERRALHERIA E VIDRAÇARIA LTDA-ME, torna público que deu entrada no pedido de obtenção de sua LO, junta a SEMMA, do município de Paragominas/PA.

Protocolo: 162283

AVISO DE LEILÃO

Nº DO LEILÃO: 03/2017 - DETRAN/PA

OBJETO: Alienação de veículos removidos ou recolhidos pelo **DETRAN/PA** nos Pátios da VIP LEILÕES - GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA (VIP LEILÕES), há mais de 60 (sessenta) dias, nos termos, da Lei Federal nº 13.160/2015 e Lei Federal nº 13.281/2016 c/c a Resolução nº 623/2016-CONTRAN, e Contrato Administrativo nº 084/2014 - DETRAN/PA, firmado com o DETRAN/PA.

TIPO DE VEÍCULOS OFERTADOS:

1) CONSERVADOS: Destinados a circulação;

2) SUCATAS:

a) SUCATAS APROVEITÁVEIS: Aquelas cujas as peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo;

b) SUCATA APROVEITÁVEIS COM MOTOR INSERVÍVEL: Aquelas cujas as peças poderão ser aproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração.

LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DOS LEILÕES:

BELÉM:

DATA: 17.04.2017. Início: 10h00. Local: PÁTIO DA VIP LEILÕES: RODOVIA ALÇA VIÁRIA, KM 01, Nº 888, BAIRRO: SÃO JOÃO - MARITUBA - PA, CEP: 67200-000.

SANTARÉM:

DATA: 24.04.2017. Início: 10h00. Local: IESPES - INSTITUTO ESPERENÇA DE ENSINO SUPERIOR, RUA COARACY NUNES, Nº 3315, BAIRRO: CARANAZAL, SANTARÉM/PA, CEP: 68040-100.

LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DAS VISITAÇÕES:

BELÉM:

DATA: 10.04.2017 A 13.04.2017. Início: 09h00. Local:

PÁTIO DA VIP LEILÕES: RODOVIA ALÇA VIÁRIA, KM 01, Nº888, BAIRRO: SÃO JOÃO - MARITUBA - PA, CEP: 67200-000

SANTARÉM:

DATA: 18.04.2017 A 21.04.2017. Início: 09h00. Local: PÁTIO DA VIP LEILÕES: RODOVIA SANTARÉM CUIABÁ KM 4, Nº 1030 BAIRRO: MATINHA, CIDADE: SANTARÉM - PA, CEP: 68.040-400. Ressalte-se, que a íntegra do Edital de Leilão será disponibilizado no endereço eletrônico www.vipleiloes.com.br, e www.detran.pa.gov.br, assim como afixados nas dependências desta Autarquia e nos pátios empresa VIP LEILÕES, com a relação completa e detalhada dos lotes disponibilizados para leilão, devidamente avaliados. Outrossim, a cópia do referido Edital de Leilão poderá ser consultada pelos interessados na VIP LEILÕES, sito a Rodovia Alça Viária, Km 01, nº 888, Bairro: São João, Marabá/PA e Rodovia Santarém Cuiabá, Km 04, Nº 1030, Bairro: Matinha, Santarém/PA, CEP: 68040-400, de segunda à sexta-feira de 08h00 às 17h00, e na Comissão Permanente de Leilão do DETRAN/PA, sito à Avenida Tavares Bastos nº 1583, Parque de Retenção de Veículos, Comissão Permanente de Leilão, Bairro: Marambaia, Belém/PA, de segunda à sexta-feira de 08h00 às 14h00.

Belém/PA, 31 de Março de 2017.

Protocolo: 162287

A Sra. MARIA DO SOCORRO DA SILVA SOUZA, proprietária do imóvel rural Fazenda Saudade da Minha Terra, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rondon do Pará - SECMA, a Licença Atividade Rural - LAR, referente a atividade agressilvipastoril do referido imóvel.

Protocolo: 162290

P CARVALHO E CIA LTDA CNPJ 14.140.909/0001-50 Torna público recebeu da SEMMA de Abaetetuba a LO nº21/2016 p/comercio varejista de combustíveis e LO nº44/2016 p/comercio varejista de GLP , validades até 18/10/2020 - Abaetetuba/PA.

Protocolo: 162294

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa J BOSCO DE ALENCAR - EPP, CNPJ Nº 00.895.621/0001-80, torna público que requereu junto a SEMAS/PA-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará a Licença de Operação para desenvolver a atividade de transporte rodoviário de substâncias e produtos perigosos (resíduos sólidos perigosos) e armazenamento temporário de resíduos sólidos perigosos, instalada na Av. Redenção, s/n, QD 15, LTS 14 a 16, 42 a 44, Linha Verde, CEP 68.515-000 em Parauapebas/PA, conforme processo nº 8785/2017.

Parauapebas/PA, 21 de março de 2017

Magnon Max S. de Oliveira -
Responsável Técnico e procurador

Protocolo: 162280

AP. TROPICAL LTDA CNPJ nº 24.271.377/0001-43, localizado na Av. Tropical nº 89, bairro Santíssimo na cidade de Santarém - Pará, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Santarém - SEMAS, Licença de Operação sob o protocolo de nº 2017/8850, para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores.

Protocolo: 162284